



Anais da Assembléia

Nº 84

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e David Cheriegate.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 78/79

Curitiba, 01 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o anexo anteprojeto de lei que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n.º 7.079, de 03 de janeiro de 1979, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

A necessidade de alterar o art. 1.º da referida Lei deve-se ao fato de que a autorização nela contida tornou-se inoperacionalizável em função da mudança do esquema de classificação de despesas, imposta pelo Governo Federal, por meio da Portaria n.º 038, de 05 de junho de 1978, da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, com vigência a partir do exercício financeiro de 1979.

A alteração do artigo em referência permitirá o atingimento dos propósitos que motivaram a autorização para a abertura do Crédito Especial.

São estas as considerações que julguei oportunas e úteis ao alto pronunciamento dessa egrégia Assembléia Legislativa sobre o projeto que ora encaminho.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica alterado o Art. 1.º da Lei n.º 7.079, de 03 de janeiro de 1979 que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no Valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei n.º 6.639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

UNIDADE: ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

FUNÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA: PROGRAMAS INTEGRADOS

SUBPROGRAMA: PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

ATIVIDADE: ATENDIMENTOS A PROJETOS E ATIVIDADES ESPECIAIS

DOTAÇÃO: 2301.07401832.335

3.0.0.0. — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0. — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.1.0. — TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

3.2.1.4.04 — CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS

— OUTROS FUNDOS Cr\$ 2.000.000.000.00

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob os n.ºs 169 e 203/79, do Senhor Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

06/78: Do ex-Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Guarda-Mirim de Maringá, com sede e foro na referida cidade, o qual convertido em lei tomou o número 7.164. — Agradeça-se.

14/79: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório para o Poder Executivo reverter mediante doação ao Município de CASCAVEL, área de terras com 6.015 m², denominada Lote 5-D, da quadra D, do loteamento ADRIANA, no referido município, o qual convertido em lei tomou o número 7.179. — Agradeça-se.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indico, em substituição a anterior, para comporem a Comissão Especial do Simpósio do Alcool Carburante, os Senhores Deputados Dácio Leonel, Ruben Valduga e Fuad Nacli. Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 65/79, que dispõe sobre aposentadoria dos Serventuários da Justiça.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 24/79, que visa denominar Misdei Moreschi, a estrada Floresta-Itambé.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ÂNGELO TESSARO, ocorrido em lamentável acidente em Mato Grosso.

O extinto atualmente residia em Paranavaí, de tradicional família paranaense.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência deste à família enlutada em São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LAURO CARVALHO LIMA, ex-funcionário do D.E.R., pessoa de grande relacionamento comunitário, residente na cidade de General Carneiro.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, aos cuidados do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ANTÔNIO COSTA.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 9ª Região, no sentido de ser instalada, na cidade de Santo Antônio da Platina, uma Junta de Conciliação e Julgamento.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o NORTE PIONEIRO possui somente uma junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho com funcionamento na Comarca de Cornélio Procopio que presta atendimento a algumas dezenas de comarcas naquela região.

O grande número de municípios atendidos e a distância de alguns municípios até Cornélio Procopio, vem causando grande morosidade nos serviços e conseqüente prejuízos para aqueles que necessitam dos mesmos.

A instalação de mais uma junta de CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO na Comarca de Santo Antônio da Platina além de diminuir a carga de serviços que atualmente sofre a de Cornélio Procopio viria agilizar em muito o desempenho da Justiça do Trabalho, pois Santo Antônio da Platina encontra-se no centro da região Norte Pioneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviadas manifestações congratulatórias e de incentivo à Rádio e Televisão Folha de Londrina - TV TABORÁ - Canal 6, na pessoa de seu Diretor Presidente Dr. João Milanez e Diretor Geral Dr.

Linomar Bahia, pelo lançamento da imagem desse canal de televisão em Foz do Iguaçu, bem como pela ampla cobertura em toda a região Oeste paranaense.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O Oeste, uma poderosa expressão sócio-econômica dentro do Estado do Paraná, composto por mais de vinte municípios, dentre os quais quatro dos dez maiores do Estado, é hoje uma região que, servida em todos os aspectos e pelos mais modernos meios e tecnologias fomenta e consolida diuturnamente o seu progresso e desenvolvimento.

As deficiências que porventura se apresentam, são supridas de maneira a atender satisfatoriamente o contexto regional. Referimo-nos especificamente aos meios de comunicação. Há menos de um ano assistimos o início das operações da TV Tarobá - Canal 6 de Cascavel. Transcorrido esse tempo, podemos constatar hoje uma poderosa emissora de Televisão, reportando e enviando imagem a todo o Oeste. O último passo nesse sentido foi dado no mês passado, quando a cidade de Foz do Iguaçu e circunvizinhanças também passaram a receber, diretamente de Cascavel, a imagem desse Canal, integrando desta forma o povo oestino através de seus acontecimentos e realizações.

Considerando a relevância do acontecimento, solicitamos assim o envio de manifestações congratulatórias e de incentivo pela brilhante atuação da emissora, ao seu Diretor Presidente, Dr. João Milanez e ao Diretor Geral, Dr. Linomar Bahia, bem como a toda equipe técnica e jornalística da TV TAROBÁ - Canal 6.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a V. Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura solicitando aumento de salas e extensão do ensino do primeiro grau, com a implantação da quinta a oitava série no Grupo Escolar Alfredo Chaves, no Bairro Alto da Cruz, Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(aa) DARCY DEITOS, NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O Bairro Alto da Cruz no Município de Colombo está localizado a 1.000 metros do Trevo do Atuba, isto é, próximo a Garagem da Empresa de Ônibus Penha S/A., onde está localizado o Grupo Escolar Alfredo Chaves.

Como todos sabem é um bairro de grande densidade demográfica e sua população é constituída de operários, estes carentes de recursos para seus filhos estudarem, sendo assim, se justifica plenamente o aumento das salas de aula, pois 200 crianças naquela localidade estão sem estudar por esse motivo, e mais de 500 estão sem poder concluir o primeiro grau se não se implantar, com urgência, a quinta a oitava séries.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. OSVALDO ROBERTO COLIN, Presidente do Banco do Brasil, solicitando a instalação de Sub-Agências daquele estabelecimento oficial de crédito nas seguintes localidades da região Oeste do Paraná:

— Município de Nova Aurora (sede).

— Município de Capitão Leônidas Marques (sede e Distrito de Boa Vista de Aparecida).

— Município de Céu Azul (sede e Distrito de Vera Cruz).

— Município de Cascavel (Distrito de Cafelandia).

— Município de Guaraniaçu (Distrito de Diamante).

... Município de Foz do Iguaçu (Distrito de Santa Terézinha).*

... Município de Matelândia (sede e Distrito de Ramilândia).

... Município de Medianeira (Distrito de Missal).

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A contribuição agrícola do Paraná é sobrejamente conhecida em todo o território nacional.

O desenvolvimento da região oeste de nosso Estado, por sua vez, é fato notório e incontestável.

Contribui o Oeste do Paraná, com 23% da produção do soja e 41% de produção do trigo verificada no Estado.

Além desses produtos, o milho, feijão e outros cereais são plantados em grande escala.

A criação de suínos nessa região é tida como uma das mais expressivas do Paraná, sendo formada por um dos mais seletos plantéis do Brasil.

Esses fatos autorizariam a Presidência desse estabelecimento oficial de crédito a dar maior amparo às localidades responsáveis por grande parcela de produção agrícola do país.

Com a criação de Sub-Agências, seria falicitada a liberação de créditos da Carteira Agrícola e, conseqüentemente, haveria maior agilização na expansão de aplicação de recursos e fomento à produção agro-pecuária.

Ao mesmo tempo, seria atingida a meta da desburocratização, verdadeiro entrave ao progresso, dado aos desestimulantes obstáculos opostos ao trato dos interesses dos agricultores e pecuaristas que têm que deslocar-se a lugares distantes para obtenção de recursos e também para depositar suas poupanças.

A instalação de Sub-Agências, portanto, parece-nos ser do mútuo interesse, pois, ambas as partes poderão ser beneficiadas com a concretização desse objetivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Polícia Civil do Paraná, Dr. Luiz Chemin Guimarães, solicitando providências bem como informações a respeito do andamento das investigações em torno do crime que vitimou "as duas irmãs japonesas ALICE e MITSUO KAWANO", ocorrido na cidade de Londrina, na noite de 07 para 08 de agosto de 1973.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Hoje completa aniversário, mais um aniversário, o crime que traumatizou toda a região Norte do Estado. Trata-se do aniversário de morte das duas irmãs japonezas ALICE e MITSUO KAWANO, e, segundo tenho sido informado pouco ou quase nada tem sido feito no afã do seu esclarecimento. Crime de grandes proporções. Decorridos 06 anos do seu cometimento, não é admissível que o mesmo, até a presente data, não tenha sido esclarecido. Será que existe crime insolúvel? Ou quem sabe é em razão de omissão ou inoperância da polícia? Eis a causa do presente pedido que toda Londrina e a família das vítimas aguardam passivamente, sem solução.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando providências visando a descentralização dos distritos policiais ora localizados na rua Sergipe,

para os bairros de Londrina.

Aproveitamos para sugerir a instalação desses distritos policiais nos bairros mais populosos e localizados estrategicamente para uma pronta ação do policiamento na prevenção e combate ao crime, propondo, assim, que se localizem um no Jardim Bandeirantes -- Leonor -- Jardim do Sol; outro na Vila Casone-Yara e outro na Vila Brasil.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita o envio de sugestão às Secretarias de Agricultura, Cultura e Esportes e Prefeitura Municipal de Curitiba da seguinte sugestão, sintetizada no aproveitamento do Parque Estadual do Marumbi para locar e acomodar os animais do Passeio Público de Curitiba, nos moldes do Safari de São Paulo, cuja exploração e conservação poderia ficar ao encargo da municipalidade curitibana, com o equipamento de recreação da Metrópole Paranaense.

Que da decisão, dê-se também conhecimento à Sociedade Protetora dos Animais.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A constatação da mortandade de peixes do nosso Passeio Público, apenas evidenciam que por mais esforços que possa o Poder Público fazer, não encontrará o habitat natural da população animal.

O confinamento a que estão submetidos os animais selvagens, especialmente leões, leopardos, ursos, macacos e outros animais em virtude não só da falta de espaço físico, de ambiente natural, mas principalmente da poluição do centro urbano, chamam a atenção das pessoas preocupadas para uma solução definitiva.

O Parque Estadual do Marumbi, razoavelmente próximo de Curitiba, pode ser uma opção para um empreendimento mais adequado, desde que conjugados os esforços entre as Secretarias de Estado interessadas e a própria municipalidade curitibana dirigindo e explorando turisticamente aquele que poderia vir a constituir-se num dos principais equipamentos de lazer do curitibano. Seria a integração da flora e da fauna, onde evidentemente o homem tem muito que aprender.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação do Plenário, o presente pedido destinado a obter por requisição do Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura à EMATER, uma cópia dos estudos realizados para implantação de uma Bacia Leiteira no Município de Pato Branco, bem como seja enviado a este Poder, relatório e parecer conclusivo referente àqueles estudos.

Que da decisão dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco, e à Rádio Celinalta e "Jornal do Paraná", daquela cidade, bem como à Cooperativa Agropecuária Guarani Ltda. - CAPEG. e Associação Comercial.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Indiscutivelmente, a cidade de Pato Branco é centralizadora da economia, nucleação do sudoeste e que de há muito almeja a implantação de uma Bacia Leiteira. Além das formidáveis condições que a estrutura fundiária apresenta, um crescente mercado consumidor se assenta, a justificar plenamente a atenção do Poder Público, para viabilizar aquele empreendi-

mento. Além das notórias vantagens de ordem econômica, o interesse social se impõe, fazendo com que pessoas idealistas, empresários e diversas entidades se mobilizassem no sentido de colaborar para a viabilidade do projeto. Todavia, o espírito de solidariedade do PATOBRANQUENSE foi abalado com a notícia de que os estudos realizados pela ACARPA atual EMATER, concluíram pela inviabilidade do empreendimento.

Com todo o respeito que merecem os técnicos daquela empresa, necessário se torna - para apreciação dos interessados, que tais estudos, dados e elementos sejam divulgados, pois que se causas impeditivas possam ser removidas, devem primeiro ser conhecidas.

Não será um parecer técnico, que possivelmente tenha compilado dados defasados ou mesmo deixado de apreciar elementos importantes, que condicionará a região Sudoeste a permanecer privada de importante ramo de economia regional. Se é no Sudoeste que se assenta ainda a principal base da suinocultura do Paraná, fácil é concluir que rebanho bovino, para as características do empreendimento já existem e se incrementado atingirão invejável padrão, pois o nosso agricultor é moldado para explorar racional e adequadamente o minifúndio sudoestino.

E hoje, quando a Nação se envolve num todo para a poupança de combustíveis, até parece ironia dos que não consideram as desvantagens que o transporte do leite, advindo dos outros centros, representa para a economia nacional. Pergunta-se: se a estrutura fundiária é propícia ao tipo de atividade, se existe rebanho que produz e pode ser devida e adequadamente incrementado, se o mercado consumidor é crescente e compatível e se os interessados estão à espera do sinal verde, porque concluir-se pela inviabilidade?

O objetivo do requerimento, pois, é para aferir os estudos efetuados, pois que evidentemente não pode a EMATER ter a pretensão de ter a palavra final num empreendimento que praticamente envolve toda a comunidade patobranquense. Por outro lado, a irresponsabilidade de alguns e a incompetência de outros, após as notícias deste parecer negativo, passaram a atribuir a honrados homens a tentativa de sabotagem, com o que evidentemente, não pode nossa comunidade concordar.

Assim, até para preservação da idoneidade dos estudos realizados impõe-se tenham os interessados conhecimento dos mesmos e deles possam concluir sobre o empreendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a convocação do Diretor-Presidente da SANEPAR, para análise da situação dramática de Londrina e outros municípios, que face a assinaturas de convênios, confiaram à SANEPAR, o serviço de abastecimento de água e rede de esgoto, defrontando-se, hoje, com sérios problemas que estão inclusive a por em risco a saúde de nossos municípios.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1.979

(a) DEL CIEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário do interior, Senhor Renato Jonhsson sobre o que segue:

- a) - Qual o oxigênio disponível do Rio Jaguaricatu em que a Braskraft pretende despejar seus resíduos?
- b) - Qual é a vazão em metros cúbicos por segundo do referido rio?

- c) - Até que índices os técnicos da SUREHMA acham que os resíduos não poluirão o rio?
- d) - Segundo matéria divulgada pela imprensa, o Rio Jaguaricatu já recebe resíduos poluentes da Companhia Sengés de Papel e Celulose. Os técnicos da SUREHMA têm informações de qual a quantidade destes resíduos poluentes?
- e) - A SUREHMA já recebeu o projeto de instalação da Braskraft para estudos? Qual a data do recebimento? Qual a quantidade de resíduos que a empresa pretende descarregar no Rio Jaguaricatu? Qual a razão de, mais uma vez, não se levar ao público assunto de tal importância?
- f) - Os técnicos da SUREHMA já emitiram algum parecer sobre o referido projeto? Qual?
- g) - A SUREHMA possui informações sobre os dados que a CETESB exigiu para que a Braskraft se instalasse na região do Paranapanema?
- h) - Quais as precauções que a SUREHMA pensa em exigir da empresa para que não ocorra um desastre ecológico na região?

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1.979.

(a) WALDYR PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Até este momento a implantação da Braskraft em Sengés vem sendo tratada como segredo de Estado.

A população dela ainda não participou. Segundo o jornal "Folha de São Paulo" nem o Presidente da Câmara Municipal de Sengés sabe da pretensa decisão governamental de permitir, naquele município, a instalação da indústria. Segundo o noticiário pertinente à mesma, a implantação da Braskraft vem sendo esquematizada desde os primeiros dias do Governo Ney Braga com a natural aquiescência e simpatia do mesmo.

A Braskraft S.A. Florestal e Industrial, formada em 1.977, com capital estrangeiro majoritário, pretendia instalar-se num dos mais pacatos Municípios de São Paulo, Angatuba.

Como o projeto foi considerado pernicioso à vida, poluindo e matando, se posto em prática, levando-se imensa discussão nacional com a participação de representantes de mais de duzentos municípios. Prefeitos, vereadores, senadores, deputados, cientistas, associações de classes se uniram na defesa do meio ambiente. Pela primeira vez no Brasil se realizou comícios ecológicos. Foi fundada a Comissão de Defesa do Vale do Paranapanema.

A CETESB, órgão estadual paulista que controla a poluição, fez diversas exigências para permitir a instalação da Braskraft. Está alegando inviolabilidade econômica, no caso de submeter as exigências da CETESB, bateu em retirada, ao mesmo tempo em que através de caríssima campanha promocional procurava mostrar as "vantagens" e o "progresso" que traria para a região.

A braskraft reaparece agora com o mesmo projeto. Perguntamos: o que é prejudicial ao meio ambiente paulista não o é para o paranaense? Ou o projeto foi modificado. Seriam as exigências paranaenses menores que as paulistas?

Se a SUREHMA considerou o projeto "excelente" porque a CETESB assim não o viu?

Não somos simplesmente contra a instalação da Braskraft em nosso Estado. Queremos ver o assunto amplamente debatido por todos e, acima de tudo, a preservação do Jaguaricatu.

Vários setores da sociedade paranaense já se pronunciaram a respeito como, por exemplo, os engenheiros agrônomos do Núcleo Regional de Bandeirantes.

A SUREHMA tem a obrigação de apresentar à opinião pública do Paraná todos os dados relativos ao projeto para se poder debater amplamente a questão que não pode ser tratada como vem sendo: nos corredores do Palácio do Governo e nas Secretarias, sem a participação da sociedade.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 114/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o PRONAS PONTA GROSSA (AMORC).

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O PRONAS PONTA GROSSA (AMORC), localizado à rua Coronel Dulcídio n.º 83, em Ponta Grossa, neste Estado, com Estatuto registrado em 08 de julho de 1976, inscrito no CGC sob o n.º 77122059/0001-87 é um corpo subordinado, devidamente constituído, da ANTIGA E MÍSTICA ORDEM ROSAE CRUCIS (AMORC), que é uma organização internacional, apolítica, não sectária e não religiosa, constituída de homens e mulheres estudiosos, bem sucedidos em todos os setores do humano empenho, em todas as classes de atividades sociais e profissionais, e que se comprometem a prestar serviços ao semelhante, à coletividade a que pertencem e ao País em que têm o privilégio de viver. Como organização cultural e educacional, dedica-se ao ensino das Leis Naturais que regem a vida do ser humano, em si mesmo, bem como nas suas relações para com o semelhante, a Natureza e o Universo. Especial empenho é devotado ao soerguimento moral do homem complexo, vítima de inibições de ordem física ou psicológica. Com isso, visa a organização a perfeita e produtiva integração do indivíduo no trabalho construtivo e progressista da sociedade de que ele participa. Em outras palavras, é objetivo da organização formar uma sociedade feliz, laboriosa e sadia, de homens e mulheres realizados nos mais variados setores de atividades sociais culturais, artísticas e científicas. Esse objetivo é alcançado pelo ensino graduado de leis que regem a perfeita saúde física e mental do indivíduo, assim como daqueles que se relacionam, com os fenômenos naturais e universais que podem conduzi-lo ao sucesso em qualquer empreendimento nobre e construtivo. Desse modo, pelo aproveitamento crescente de potencial de energia, inteligência e trabalho do indivíduo, transforma-o a organização em um ser realizado e feliz, consciente e perfeitamente integrado na coletividade humana e no grande trabalho que ele empreende. Certamente, esses milhares e milhares de indivíduos, beneficiados pelos ensinamentos da ANTIGA E MÍSTICA ORDEM ROSAE CRUCIS (AMORC), coadjuvada em Ponta Grossa e no Paraná pelo PRONAS PONTA GROSSA (AMORC), tornam-se poderosos fatores de progresso e desenvolvimento para o nosso amado País.

São objetivos e finalidades estatutárias do PRONAS PONTA GROSSA (AMORC):

- a) - congregar os membros dos diversos Graus de ANTIGA E MÍSTICA ORDEM ROSAE CRUCIS (AMORC);
- b) - promover entre seus membros e associados o interesse pelo estudo da tradicional filosofia Rosacruz, a fim de viverem em harmonia com as forças criativas e construtivas do Universo, para alcançarem saúde, felicidade e paz;
- c) - promover assistência social, educativa e filantrópica, realizando projetos ou trabalhos altruísticos em favor da comunidade ou de particulares;
- d) - proporcionar a seus membros momentos de estudo, ritual, recreação e companheirismo;
- e) - divulgar os propósitos da organização, mediante difusão de seus ensinamentos e propaganda orientada, de modo a atrair novos membros a suas fileiras.

O convite ao público para a filiação é feita pelos meios

normais de propaganda, tais como jornais, revistas, rádios e televisão. Além disso, em vários pontos do País, são realizadas conferências públicas.

A sede nacional da organização, GRANDE LOJA DO BRASIL (AMORC) situada em Curitiba, neste Estado, foi considerada de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 3045, de 21 de setembro de 1967, e pela Lei Estadual n.º 5812, de 19 de julho de 1968.

O PRONAS PONTA GROSSA (AMORC), foi considerada de utilidade pública municipal, pela Lei n.º 2879, de 12 de outubro de 1.976.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi. (Pausa).

Ausente Sua Excelência, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo brasileiro acaba de institucionalizar, mais uma vez, a procrastinação dos serviços públicos e está a dizer que quer desburocratizar.

Acontece, Sr. Presidente, que, para isso, criou-se o Ministério da Desburocratização.

Só pode ser uma extensão das piadas do Ministério do Planejamento. Não dá para entender. Na confusão caótica que anda a situação do Brasil que, para todas as coisas que se queiram fazer, neste País, se queira institucionalizar. Institucionalizar empreguismo de quantos não desejam o progresso nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que se fala tanto em desburocratização, o Banco do Brasil vem criando sérios problemas para a liberação de créditos para a agricultura. Sabe-se que setenta por cento da produção nacional - em números redondos - é provinda do setor primário da agricultura.

E há quem diga até, principalmente na região Oeste do Paraná que, para se conseguir financiamentos, ou audiências com a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, é preciso fazer fila e pegar ficha de inscrição para poder, ao fim de longos e vários dias de permanências nessas filas, os agricultores voltarem reiteradas vezes e pedir aos setores de crédito agrícola, a liberação de parcelas a que deveriam ter direito.

Por essa razão, Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, um requerimento pedindo que o Banco do Brasil trate com mais seriedade os problemas da agricultura. E faça essas demagógicas agências e subagências que estão sendo criadas em vários pontos do território brasileiro, que o faça principalmente nas regiões mais sofridas, principalmente no Oeste do Paraná.

Por isso estou pedindo, Sr. Presidente, neste ofício, que seja instada a autoridade competente do setor, que sejam criadas agências em Nova Aurora, em Leônidas Marques, na sede e no distrito, no Distrito de Boa Vista da Aparecida; no Município de Céu Azul e no Distrito de Vera Cruz; em Cascavel, no Distrito de Cafelândia - a qual já temos pedido várias vezes, desde a legislatura passada - no Município de Guaraniaçu, precisamente no Distrito de Diamante; no Município de Foz do Iguaçu; no Distrito de Santa Terezinha; no Município de Matelândia, sede, e no Distrito de Ramelândia; e também no Distrito de Missal, pertencente ao Município de Medianeira.

Segue a justificativa deste pedido que, por falta de tempo, não tenho condições de declinar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho á tribuna para encaminhar à Casa um requerimento

solicitando uma solução urgente para a crise que envolve o Estado do Paraná, principalmente a região de Maringá, onde, desde sábado passado, o setor de condutores autônomos e veículos rodoviários, os carreteiros estão em greve, exigindo um reajuste nos fretes, da ordem de quarenta por cento.

Ocorre, Senhor Presidente, que as soluções estão sendo tomados a nível de Prefeitura Municipal, de Associação Comercial e quase que absoluta dos carreteiros, não é constituída por pessoas sindicalizadas.

Assim, encaminhados a esta Casa, nesta oportunidade e nesta data, um requerimento, com o seguinte teor: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, sejam enviados expedientes, via telex, aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Trabalho, dos Transportes, Indústria e Comércio, ao Delegado Regional do Trabalho, ao Presidente da Federação dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Paraná, ao Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Maringá e Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, enfatizando a urgente necessidade de ser encontrada uma solução para a crise que atinge o setor rodoviário da região no tocante às tarifas dos fretes de carga seca, além da necessidade de ser encontrada uma fórmula de âmbito nacional ou, no mínimo, estadual.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.979.

JUSTIFICATIVA:

Os carreteiros que servem o Norte do Paraná, estão desde sábado em movimento reivindicatório salarial, a partir da Cidade de Maringá, exigindo reajuste de quarenta por cento. Ocorre que se procura uma solução a nível micro-regional, o que criará evidente desequilíbrio regional, uma vez que os fretes não podem ter tarifas diferentes dentro do mesmo Estado, sob pena de ser implantado um desajuste no fornecimento de gêneros de primeiríssima necessidade. Acontece que a reivindicação é justíssima; caso não seja encontrada uma solução imediata, haverá crise no fornecimento de gêneros essenciais aos mercados consumidores dos grandes centros que hoje são abastecidos pelo Norte do Estado, especialmente pela região polarizada por Maringá.

A solução deve ser geral, embora urgente e imediata, uma vez que a maior parte dos profissionais não é constituída por sindicalizados."

Senhor Presidente, encerro as minhas palavras, solicitando de Vossa Excelência e da Mesa Executiva, que faça, assim que ele for aprovado, que faça ciência do teor desse requerimento, às autoridades aqui constantes.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga, inscrito.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento, ocupo a tribuna para assinalar a realização do simpósio do álcool a ser promovido nesse fim de semana, pela Sociedade Rural do Paraná, em Londrina, no Instituto Agrônômico do Paraná.

É uma das promoções mais sérias e mais importantes que se fez nos últimos tempos, na matéria em todo o Brasil.

O álcool, como sucedâneo da gasolina, no consumo dos veículos, é hoje a palavra de ordem, é hoje, o produto mais importante a ser debatido na Nação.

A Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina, em muito boa hora, sensibilizada pelo problema, já cumprindo uma tradição de grandes empreendimentos, faz realizar esse conclave com a presença das maiores autoridades do País, técnicos, políticos e administradores, e esta Casa se fará representar também, através de alguns de seus ilustres Pares, para lá conhecermos de perto, para lá podermos viver melhor o

problema.

Há poucos dias, eu tentava rapidamente fazer um pronunciamento sobre o álcool e confesso que foi um pouco difícil, porque a matéria já está iniciando, e é tão urgente a sua necessidade, o seu encaixe no contexto de que realmente, é um assunto com o qual não se pode brincar.

O álcool vem hoje, como o único sucedâneo da gasolina, para o consumo dos veículos, vem como um elemento substituidor da evasão que estamos tendo de divisas do País.

Portanto, é muito importante que esta Assembléia, é muito importante que todos se conscientizem da importância deste conclave, e por isso, ocupo esta tribuna, para enaltecer a pessoa do Presidente, Sr. Antônio Fernandes Sobrinho, e a Diretoria da Sociedade Rural e todo o grupo técnico que está promovendo este conclave. Também a Secretaria da Agricultura e seus órgãos filiados.

Era isso, Sr. Presidente, nobres Companheiros.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, neste instante, agradecer aos altos mandatórios do Banco do Brasil, quando implantam na região do Norte do Paraná, as regiões carentes de auxílio e de suporte para o pequeno agricultor, para homens que, muitas vezes sem recursos, não têm condições de se locomover às cidades grandes.

Embora discordando de muitas opiniões, queremos dizer da assertiva dos homens que dirigem a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, porque espelhando esses postos avançados para dar sustentáculo à política agrícola do Governo Figueiredo. Vemos então, a montanha ir a Maomé como vemos o Banco do Brasil ir ao pequeno agricultor.

E é neste instante, quando se inauguram nas semanas próximas e neste semana, inúmeros postos avançados, Joaquim Távora, a minha terra, foi também beneficiada com um posto deste. Perguntando e auscultando a opinião de todos os tavorenses, vimos a euforia, principalmente dos homens de mãos calejadas, que puxando o rabicho do arado, e o cabo da enxada dizem, muito obrigado, aos homens que estão dirigindo a política financeira e agrícola deste setor do Banco do Brasil, e não podemos admitir críticas e dizer que são medidas demagógicas.

Se a demagogia é beneficiar o pequeno agricultor, então estamos ao lado da demagogia, se a demagogia é beneficiar o homem da lavoura, o homem, que derrama o suor do seu rosto para amainar a terra, para carrear a este País, essencialmente agrícola, as divisas necessárias para a sustentação de sua balança financeira.

É neste instante que queremos, em nome do meu povo, agradecer aos homens que dirigem sabiamente o Banco do Brasil, dando amparo à lavoura, e dando principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e imprensa do Paraná, a facilidade para que o pequeno agricultor tenha o crédito que merece para que possamos ter alimentos mais baratos, e condignos, com a necessidade de nossa Nação.

E é por isso, Sr. Presidente, que não podemos nos calar, que não podemos deixar de vir à tribuna, a tribuna do povo, falar em nome deste mesmo povo, em nome do meu povo de Joaquim Távora, dizer aos homens do Banco do Brasil, o nosso muito obrigado, e se isto for tirada demagógica, então continuamos a fazer demagogia, implantando postos avançados em todo o setor brasileiro e, principalmente, no setor do Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná, onde os homens que morejam naquelas terras, onde os brasileiros vindo do nordeste, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, necessitam do amparo para suas lavouras.

É por isto, Sr. Presidente, que nós dizemos, discordando de ilustres membros da outra bancada, muito obrigado, e con-

tribuem com esta demagogia, gente do Banco do Brasil, para dar ao povo o dinheiro do povo e que se aplique em benefício do próprio povo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Valduga, inscrito (Pausa). Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente apresentamos à sociedade de Cascavel, como iniciativa primária de um projeto que nós queremos desenvolver para oferecer como subsídio ao Governo da República, uma alternativa para o equacionamento do problema energético surgido no País.

Parece até pretensão, Sr. Presidente, que de Cascavel possa surgir algum projeto que venha a criar alternativa para substituição da gasolina, principalmente como fonte de energia. É que na região Oeste do Paraná, e, de sorte, também na região Noroeste do Paraná, o grande desenvolvimento de lavouras mecanizadas, criou uma série de problemas para o "humus" da terra, que é a nossa maior riqueza, que é o nosso maior patrimônio, um dos maiores patrimônios públicos do Paraná e do Brasil, e nestas lavouras mecanizadas, sobretudo nas regiões acidentadas ou para-acidentadas, a grande dificuldade do aparamento das enxurradas, do aparamento da erosão, do descamamento da parte mais valiosa para o solo e através da tecnologia, se chegou ao estágio de que só através de curvas de níveis, poderiam sobrestar parte desses danos que as chuvas vêm causando ao nosso solo. Com o surgimento do problema da energia, da gasolina, do óleo diesel, afinal de todo esse potencial de energia carburante, no Oeste do Paraná, Sr. Presidente, conversando com alguns engenheiros e com alguns industriais de Cascavel, chegou-se ao final de um exame, de um estudo, em que seria possível desenvolver ao custo máximo de Cr\$ 15.000,00, uma pequena destilaria, de nível colonial e a partir daí, com a plantação de parcela considerável de cana, na região, ou ainda de mandioca, aproveitando-se as curvas de níveis, aproveitando-se as regiões de maior densidade erosiva, poderíamos desenvolver uma agricultura onde pudéssemos fixar o homem da agricultura, o trabalhador rural, e até os "bóias-fria", fixá-los nas regiões, onde ele pudesse desenvolver um trabalho da valorização da sua mão-de-obra, de valorização do solo paranaense e de valorização também nesta difícil encruzilhada em que o Brasil passa, pelo problema energético; desenvolvendo então uma agricultura alternativa, aproveitando inclusive, Sr. Presidente, essas leiras, essas curvas de níveis. Nós poderíamos desenvolver um projeto, ambicioso, a nível de Governo. Onde esses agricultores, por exemplo, que tivessem ou que tenham vinte alqueires de terras, plantando cinco alqueires de cana e desenvolvendo um pequeno engenho de nível colonial, as destilarias coloniais, nós poderíamos desenvolver o álcool anidro, sem quase custo nenhum para a agricultura. E o que é melhor, ativar este processo, através da cana já tirado o seu produto, para o equacionamento deste álcool.

De maneira que, o próprio agricultor, poderia desenvolver, para o aquecimento da destilaria, o sub-produto, ou o resto ou a bio-massa que sobraria desta destilação, para desenvolver, ativar esta alquimia e produzir o álcool carburante. E a nível maior, Sr. Presidente, as cooperativas desenvolveriam um processo de refinamento deste álcool, transformando-o em álcool carburante.

Esta usina de nível cooperativa ou de nível de refinação, poderia custar no máximo, cem mil cruzeiros.

Esta, Sr. Presidente, seria uma alternativa que nós apresentamos e vamos apresentar, através de um projeto minucioso, técnico, cientificamente elaborado, para oferecermos ao Sr. Vice-Presidente da República e ao Conselho Nacional de Energia

e ao Ministério de Minas e Energia, para podermos aproveitar os "bóias-fria", o pequeno agricultor, e o que é melhor, Sr. Presidente, em cada região, poderíamos produzir os combustíveis necessários para o desenvolvimento da nossa própria infraestrutura, evitando assim a importação do petróleo que está castigando a todas as Nações de todo o mundo.

Este, Sr. Presidente, nos parece, será uma contribuição que o Oeste do Paraná dará ao Governo Federal e ao Governo Estadual. Ao lado do xisto, ao lado do carvão e ao lado de outras alternativas. Nós apresentaremos mais esta, para facilitar o desdobramento e chegarmos a um estágio suficiente, da nossa auto-suficiência, em matéria de combustível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, consulto se deseja fazer uso da tribuna.

(Falará o Deputado Gernote Kirinus).

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna um tanto desanimado. Porém, quero crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, nesta Casa, encontre eco para o protesto que aqui, hoje, viemos trazer, neste espaço nobre da Liderança do MDB.

Porque, acredito que as cabeças ocas do outro lado, acredito que os ditadores por profissão, acredito que os homens insensíveis que governam este País, por mais de quinze anos, não têm entendimeto, ou não querem entender, não querem ver, os seus próprios erros, e repetem os mesmos, voltando a nomear biônicos em faixa de fronteira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o General Ney Braga descobre prata em Santa Helena, prata essa que está servindo para negociar a liberdade de um povo que através da representação de seus vereadores, quis participar da escolha do Prefeito, do donatário, quando, em carta dirigida ao Sr. Governador, e assinada por todos os Vereadores, sugeriram um nome que nem foi tomado conhecimento. Preferem seguir a orientação dos famigerados comandos políticos, como se nossa terra fosse um quartel que necessita de comandantes.

E é por isso que nos firmamos na posição do MDB, que nós queremos representantes, queremos representatividade, por isso pedimos e solicitamos, constantemente, eleições diretas na faixa de fronteira.

Já nos referimos em pronunciamentos anteriores, a Associação dos Vereadores da Faixa de Fronteira pediu, clementemente, por eleições diretas. E o próprio General Ney Braga nos enganou, quando declarou à imprensa que era favorável às eleições diretas. Mas, hoje, está aqui, no Palácio, ensaiando, mais uma vez, esse ato famigerado de nomear prefeitos.

Se não bastasse o abuso das arbitrárias nomeações, o mesmo se faz sem respeitar a opinião daqueles vereadores que foram eleitos; o mesmo se faz sem respeitar o critério máximo da democracia que diz não pode haver representatividade, não pode haver tributação sem representatividade.

A tirania, o abuso do poder, o peleguismo que denunciávamos do Governo de Jayme Canet Júnior continua vivo e encontra, no General Ney Braga o continuísmo apenas.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo que concluir meu pensamento.

O abuso do poder recebe o aval do General Ney Braga em Medianeira, tornando-se avalista da cassação mais vergonhosa que se processou na Câmara de Vereadores, a mando daquele Prefeito; cassação do Vereador Adolfo Mariano da Costa.

Assistimos aquele ato bárbaro. Assistimos toda uma tarde, uma noite, até às 24,00 horas, o desfile de asneiras que era apresentado, as desculpas que eram apresentadas, para cassarem o Vereador Adolfo Mariano da Costa, só porque ele taxou o donatário de corrupto. Baseando-se em provas ilegítimas, baseando-se apenas nas declarações de um jornal, quando quatro outros jor-

nais diziam o contrário e viam inocentar Adolfo Mariano da Costa, mas ali prevaleceu, não o AI-5, mas o AI-6, porque eram seis vereadores do donatário que já vieram para o julgamento com os votos prontos, com os votos mimeografados, e não havia outra coisa, a não ser a cassação, por falta de decôro parlamentar. É isso que o General Ney Braga foi abalizar em Medianeira. Prefeitos são muito bons na faixa de fronteira, declara o próprio General e todo o carnaval realizado na imprensa e nesta Casa teve o seu fim, na covardia dos biônicos que têm medo de enfrentar as urnas na faixa de fronteira. Têm medo porque não têm capacidade de enfrentar eleições, porque do contrário, deixariam aquele povo livre para escolher os seus representantes.

Concedo o aparte ao nobre Deputado que me o tem solicitado.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Gernote Kirinus. Escutamos com atenção o seu pronunciamento e queria dizer a Vossa Excelência que o Governador Ney Braga está apenas seguindo uma norma que existe no Brasil inteiro. Não é uma inventiva de Ney Braga. Não pode Vossa Excelência atirar pedra em um Governador que segue os ditames e joga de acordo com as regras do jogo, conforme Vossa Excelência também joga, porque sabemos e sabe todo o povo do Paraná e do Brasil, que nós vivemos num momento extra-democrático e Vossa Excelência, como representante do povo de sua região, aceitou as regras do jogo e vem a esta Assembléia, pela votação de um povo que aceitou votando no bipartidarismo. É uma realidade de que toda a Nação brasileira está ciente. Agora vem Vossa Excelência censurar ao Governador, que procura criteriosamente orientar este Estado, orientar os homens da faixa de fronteira que discordando de Vossa Excelência, os homens da ARENA que não têm medo de urnas.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Me permite um aparte?

O Sr. Gabriel Manoel — Se Vossa Excelência deixar complementar o aparte, eu agradeço.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Vossa Excelência está fazendo um discurso paralelo.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me deu a palavra. Se não quiser eu me calarei.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Mas não por todo o tempo.

O Sr. Gabriel Manoel — Então Vossa Excelência que me concedeu generosamente este aparte, queria apenas discordar, porque testamos nas urnas os Deputados que estão aqui, da ARENA da nossa bancada, da faixa de fronteira. Os inúmeros vereadores que vieram vitoriosamente para defender o povo. Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel e lamento, por outro lado, profundamente o infeliz aparte. Foi infeliz o nobre Deputado, quando disse que nós do MDB aceitamos a nomeação de Prefeito da faixa de fronteira, aceitando a regra do jogo. Se nós não tivéssemos aceitado as regras do jogo, tínhamos que estar empunhando fuzis e metralhadoras e aí seríamos taxados de terroristas. A única saída que nos foi fornecida é esta. E embora não aceitando as regras do jogo, entramos no jogo e estamos tentando modificá-lo, mas não estamos encontrando sensibilidade de sua parte.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo apenas que tudo aquilo que nós semeamos nesta Pátria, de terra fértil, também haveremos de colher. Se semearmos ódio, perseguição, vingança, nas nossas faixas de fronteira, através de prefeitos biônicos, então a resposta dessa terra fértil e da faixa de fronteira será a mesma. Por isso nos tranquilizamos...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Kirinus, Vossa Excelência me permite posteriormente um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Pois não. Concluindo. Por isso nós tranquilizamos quando semeamos confiança, amor, compreensão, através de nossas pregações libertárias e demo-

cráticas, porque temos a certeza que essa terra fértil da faixa de fronteira e deste País todo, haverá de responder a nós, com fartas colheitas de liberdade, democracia, de amor e compreensão. Não sabemos qual a forma, mas sabemos que colheremos isso. Ouço o aparte do nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Muito obrigado, Deputado Kirinus.

Vossa Excelência me constrange a esta altura, dos movimentos revolucionários que têm sensibilizado o mundo inteiro, seja no Paquistão, seja no Irã, seja na Nicarágua, seja no Chile, e em outras plagas deste planeta, o que nos contrange não é só isso, mas é o estágio em que nós estamos vivendo. E termos ainda que suportar o emprenhamento do nosso ouvido, que me desculpe o termo, do nosso ouvido, com coisas que nada têm a ver com a realidade nacional.

Isso está acontecendo. Quando se fala em bipartidarismo, quando se fala em biônicos então começa o leguleio do Governo, começa a ativar ministérios fantasmas, como há pouco eu disse, para desviar a atenção do povo brasileiro.

Mas quando se vê que a economia popular está em completo descontrole do desgoverno, quando se verifica que as obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, estão sufocando o processo monetário nacional, as letras do Tesouro Nacional, os fundos de garantia, as políticas do Banco Central, as diretrizes do Banco do Brasil, as diretrizes das multinacionais operando em vários setores de agricultura, fumo, as grandes empresas fabricantes de automóveis, as grandes empresas que dominam o monopólio do petróleo no Brasil, as grandes empresas que massacram os funcionários ou melhor, os operários, os grandes governos, que impedem a formação de sindicatos, de associações, é porque não querem equacionar os problemas verdadeiros, nacionais. Então ficam com fantasias de biônicos, de bipartidarismo, de alquimia de laboratórios, para que os problemas nacionais não sejam resolvidos. E disse bem Vossa Excelência, nós estamos sendo muito pacíficos, de não termos ainda incitado à população a pegar em armas, mas chegará o dia em que a população brasileira não precisará de ativação neste campo, não, porque elas vão ser sufocadas, pelo arrocho, pelo custo de vida, pela falta de condições de sobrevivência, elas vão a partir da miséria, derrubar o Governo por incompetência, porque num País da dimensão continental como o Brasil, termos ainda que suportar algumas oligarquias pequenas e de dimensão maior, como por exemplo, existe em Nova Aurora, onde há cassação de próprios companheiros de partido, porque não satisfazem as idéias dos soberanos, de Medianeira, onde um Vereador do MDB foi cassado, de Santa Helena, e de quantos outros em nome da moralidade pública são cassados, homens que denunciam falcatuas, e aqui há pouco tempo já houve denúncias, de vários e vários Detrans ou Ciretrans do Paraná, buscando o fazimento de carteiras frias nas épocas de campanhas políticas.

E vou dizer neste aparte, que Vossa Excelência me permitiu, vou dizer que daqui a uns dias mais, quero fazer um pronunciamento desta tribuna, apontando irregularidades com referência ao problema de carteiras frias no Paraná, ou o Governo toma realmente, para si, o problema e resolve o problema, punindo os culpados, ou então vai se desmoralizar por mais uma vez, publicamente.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e me congratulo pelo pronunciamento belíssimo que Vossa Excelência faz da tribuna.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte que veio enriquecer o nosso pronunciamento, e no último minuto que me falta, gostaria de ainda ouvir rapidamente o aparte do Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Ilustre Deputado, congratulo-me com a sua manifestação séria e oportuna. Santa Helena traz a marca deste arbítrio, deste descontrole da antidemocracia, desta

violência contra o povo.

Recentemente, tivemos um Prefeito lá destituído, verdadeiramente cassado pelos trabalhos que realizava e por uma série de acusações que foram até provadas, que enquanto a cidade inteira não possuía telefone, a Prefeitura tinha um telefone especial com a Delegacia de Polícia, o que atesta o próprio município policialesco que já existia naquele extremo-oeste do Paraná.

Também tivemos um Prefeito recentemente que foi nomeado e nem conhecia Santa Helena, conforme se confessou, num almoço que fizera antes de ser nomeado. E agora, temos uma nomeação.

Eu só quero fazer este aparte, ilustre Deputado, para indagar daqueles que diziam que nós teríamos eleições em áreas de segurança nacional em três meses, teríamos quando enfim o povo pudesse decidir. Quando chegará a oportunidade das áreas de segurança nacional? Os onze municípios do Paraná em especial, poderem escolher pelo voto livre, direto e universal, o seu mandatário e não Prefeitos que saem do colete, das determinações palacianas que, a rigor, vão contra os interesses superiores da população?

Muito obrigado.

○ SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador)

○ SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 49/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que autoriza a devolução de processos submetidos à consideração da C.T.C., quando independam de deliberação do Poder Legislativo e dá outras providências. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 22/79, de autoria do Deputado Antônio Facci, que regulamenta a concessão de Bolsa de Estudos pela Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., com Substitutivo, por unanimidade da C.F., ao Projeto com Emenda Supressiva por maioria. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado, destinada a "TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS - APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES", será aplicada por indicação dos Deputados, nos termos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2.º — O postulante à bolsa de estudos enviará requerimento ao Deputado, no qual deverá especificar o seguinte:

a) — Nome completo do estabelecimento do ensino, o qual deverá estar devidamente registrado no Órgão competente;

b) — Nome completo do aluno, domicílio, filiação e número de documento;

c) — Curso, grau, período, e aproveitamento, se houver recebido em exercício anterior, bolsa de estudos pela Assembléia Legislativa do Estado;

d) — Número do CIC do responsável pelo aluno;

e) — Valor da anuidade, atestado por funcionário competente do estabelecimento de ensino;

f) — Comprovação de renda familiar e número de dependentes do responsável pelo aluno;

g) — Declaração de não estar postulando bolsa de estudos por outro órgão público;

h) — Assinatura do postulante e do seu responsável legal.

§ 1.º — Será concedida a bolsa de estudos desde que o resultado da divisão da renda familiar pelo número de dependentes for igual ou inferior a três (03) valores de referência, em vigor no início do exercício.

§ 2.º — Só poderá ser concedida bolsa de estudos em estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

§ 3.º — Cada aluno somente poderá obter uma bolsa de estudos por exercício, e se obtiver pleno aproveitamento da anterior concedida pela Assembléia Legislativa do Estado.

§ 4.º — Não serão concedidas bolsas de estudos a alunos matriculados em Estabelecimentos Públicos de Ensino.

Art. 3.º — As bolsas de estudos serão calculadas com base nos valores de referência em vigor no início do exercício, estipulando-se, no máximo, em:

a) — dois (02) para os que cursam o primeiro grau.

b) — três (03) para os que cursam o segundo grau.

c) — quatro (04) para os que cursam a universidade.

Art. 4.º — É assegurado ao Deputado destinar bolsas de estudos até o montante equivalente a concessão de 10 (dez) estipuladas para os matriculados em curso de nível universitário.

Parágrafo único — Aos Suplentes de Deputados caberão quotas proporcionais ao número de meses que estiverem em exercício do mandato.

Art. 5.º — Os créditos aos Deputados para atenderem à concessão de bolsas de estudos, serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

§ 1.º — Será emitido empenho e autorização de pagamento, através de Ordem Interna do Primeiro Secretário, em nome da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais;

§ 2.º — A concessão de bolsas de estudos será processada por determinação do Deputado, anexando o requerimento previsto no art. 2.º da presente Resolução, devidamente protocolada, enviando ao Departamento de Finanças.

§ 3.º — Não se poderá conceder bolsas de estudos, por nenhuma outra dotação do Poder Legislativo, consignada à Assembléia Legislativa do Estado.

§ 4.º — Os pagamentos serão feitos através de ordem de crédito bancária aos Estabelecimentos de Ensino, sendo que a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais providenciará um atestado para a comprovação da concessão da bolsa de estudos, o qual deverá ser entregue ao Deputado que autorizou.

§ 5.º — As bolsas de estudos deverão ser requeridas e com a autorização protocolada até o dia 31 de agosto do exercício para o qual foram concedidas, sendo que após esta data a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, providenciará as prestações de contas à Comissão de Tomada de Contas, que aprovando-as, determinará baixa de responsabilidade e recolhimento de saldo, se houver.

§ 6.º — Os Deputados ficarão responsáveis pelas autorizações que emitirem por conta do crédito assegurado pelo art. 4.º da presente Resolução.

Art. 6.º — O requerimento previsto no art. 2.º e autorização do Deputado deverão ser feitos em impressos padronizados, fornecidos pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

Art. 7.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/79

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Antônio Facci, tem por objetivo regulamentar a concessão de bolsas de estudos pela Assembléia Legislativa.

A iniciativa é louvável, e não encontra qualquer obstáculo de ordem constitucional, por tratar de interesse interno desta Casa.

Assim sendo, opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Resolução nº 22/79, na forma do substitutivo anexo, pelo qual o projeto original sofreu pequenas modificações, tais como a inclusão das Escolas Agrícolas no § 4º do artigo 2º, e a supressão da alínea "c", do artigo 3º.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) Fidelcino Tolentino, Presidente; Ezequias Losso, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/79

Regulamenta a concessão de Bolsas de Estudos pela Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências.

Art. 1º — A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado, destinada a "TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS — APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES", será aplicada, por indicação dos Deputados, nos termos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º — O postulante à Bolsa de Estudo enviará requerimento ao Deputado, no qual deverá especificar o seguinte:

- a) — Nome completo do estabelecimento de ensino, o qual deverá estar devidamente registrado no órgão competente;
- b) — Nome completo do aluno, domicílio, filiação e características de sua documentação pessoal;
- c) — Curso, grau, período e aproveitamento, se houver recebido, em exercício anterior, Bolsa de Estudo pela Assembléia Legislativa do Estado;
- d) — Número do CIC do responsável pelo aluno;
- e) — Valor da anuidade e das mensalidades, atestado por funcionário competente do estabelecimento de ensino;
- f) — Comprovação de renda familiar e número de dependentes do responsável pelo aluno;
- g) — Declaração de não estar postulando Bolsa de Estudo por outro órgão público;
- h) — Assinatura do postulante e do seu responsável legal.

§ 1º — Será concedida Bolsa de Estudo, desde que o resultado da divisão da renda familiar pelo número de dependentes seja igual ou inferior a 3 (três) valores de referência em vigor no início do exercício.

§ 2º — Só poderão ser concedidas Bolsas de Estudo em estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

§ 3º — Cada aluno somente poderá obter uma Bolsa de Estudo por exercício e poderá renová-la se comprovar pleno aproveitamento da anteriormente concedida pela Assembléia Legislativa do Estado.

§ 4º — Não serão concedidas Bolsas de Estudo a alunos matriculados em estabelecimentos públicos do Estado, salvo em Escolas Agrícolas de nível profissionalizante.

Art. 3º — As Bolsas de Estudo serão calculadas com base nos valores de referência em vigor no início de cada exercício, estipulando-se, no máximo, em:

- a) — dois (02) valores de referência para os que cursam o primeiro grau.
- b) — três (03) valores de referência para os que cursam o segundo grau.

Art. 4º — É assegurado a cada Deputado destinar Bolsas de Estudo até o montante equivalente a 40 (quarenta) valores de

referência.

Parágrafo único — Aos suplentes de Deputado convocados, caberão cotas proporcionais do exercício do mandato.

Art. 5º — Os créditos destinados aos Deputados para atendimento da concessão de Bolsas de Estudo serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

§ 1º — Será emitido empenho e autorização de pagamento através de Ordem Interna do Primeiro Secretário, em nome da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais.

§ 2º — A concessão de Bolsas de Estudo será processada por determinação do Deputado, anexando o requerimento previsto no artigo 2º da presente Resolução, devidamente protocolada, dirigida ao Departamento de Finanças.

§ 3º — Não se poderá conceder Bolsas de Estudo por nenhuma outra dotação do Poder Legislativo, consignada a Assembléia Legislativa do Estado, nem mais de uma por exercício, a cada postulante.

§ 4º — Os pagamentos serão feitos através de ordem de crédito bancária aos Estabelecimentos de Ensino, sendo que a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais remeterá um atestado para a comprovação da concessão da Bolsa de Estudo ao Deputado que a autorizou.

§ 5º — As Bolsas de Estudo deverão ser requeridas e protocoladas até o dia 31 de agosto do exercício para o qual forem concedidas, cabendo à Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais após aquela data, providenciar as prestações de contas à Comissão de Tomada de Contas, a qual, aprovando-as, determinará baixa de responsabilidade e recolhimento de saldo, se houver.

§ 6º — O requerimento previsto no artigo 2º, com a autorização do Deputado, deverão ser formulados em impressos padronizados, fornecidos pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

Art. 7º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Fidelcino Tolentino, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/79

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Antônio Facci, tem por objetivo regulamentar a concessão de bolsas de estudo pela Assembléia Legislativa.

Sem dúvida nenhuma o projeto em análise tem um alto sentido e portanto é uma iniciativa louvável, nada contendo para que pudéssemos nos opor ao mesmo, haja visto se tratar de interesses desta Casa, e que por certo trará benefícios a uma considerável parcela da nossa comunidade.

Assim sendo, opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Resolução nº 22/79, na forma do Substitutivo anexo, pelo qual o projeto original sofreu modificações no § 4º do Art. 2º, e a supressão da alínea "c" do Art. 3º, mas que entretanto não fere o espírito do seu original, simplesmente o aperfeiçoando.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1979.

(a) Darcy Deitos, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/79

Assinado pelo ilustre Deputado Antônio Facci, o presente projeto de resolução que objetiva em seus vários artigos, parágrafos e alíneas, estabelecer normas de aplicação pelos Srs. Deputados, da dotação consignada no Orçamento da Casa, sob a rubrica "Transferências a Pessoas - Apoio Financeiro a Estudantes".

O projeto foi examinado na douta Comissão de Constituição e Justiça, o qual recebeu parecer favorável, sofrendo emenda substitutiva que modifica o parágrafo 4.º do Art. 2.º e suprime a alínea "C" do Art. 3.º.

Nesta Comissão, através do relator designado, recebeu a matéria parecer favorável à emenda substitutiva.

Ao solicitar vistas do processo, tive em mente a preocupação de bem examinar a matéria, uma vez que se trata de assunto muito importante. E, ao examiná-la, chego à conclusão de que muito embora esteja ela bem lançada em seus vários artigos e parágrafos, encontro um que me parece, data vênica, não poder merecer a acolhida da Casa.

Trata-se do parágrafo 3.º, do Art. 5.º, que diz "Não se poderá conceder Bolsas de Estudos por nenhuma outra dotação do Poder Legislativo, consignado à Assembléia Legislativa do Estado, nem mais de uma por exercício, a cada postulante".

Com efeito, além da flagrante má redação do indigitado parágrafo, a sua presença no corpo do projeto é absolutamente contrária aos interesses mais altos dos Deputados, eis que, ao retirar a possibilidade de se remanejar verbas da rubrica Assistência Social para concessão de Bolsas de Estudos, é uma insensatez. Porque Assistência Social tem sentido abrangente, entre os quais o estímulo ao estudo por parte das autoridades.

Nestas condições, o meu voto é favorável ao projeto desde que se retire dele o parágrafo 3.º, do Art. 5.º.

É o meu voto, com a seguinte emenda supressiva:

"Suprima-se o § 3.º, do Art. 5.º".

Sala das Comissões, em

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA;

QUIELSE CRISÓSTOMO

GABRIEL MANOEL

DAVID CHERIEGATE

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 48/79, que aprova termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre os Governos dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a criação do CODESUL e do BRDE. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 55/79, que aprova Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios nominados, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 57/79, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Medianeira, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PRODOPAR. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 63/79, que aprova Termo Aditivo ao Convênio n.º 254/78, de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cerro Azul, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, constante do expediente, indicando, em substituição a anterior, para comporem a Comissão Especial do Simpósio do Alcool Carburante, os Srs. Deputados Dácio Leonel, Ruben Valduga e Fuad Nacli. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Carvalho Lima. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 24/79. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, bem como ao Sr. Diretor da Polícia Civil, no sentido de que sejam tomadas providências visando a substituição do Delegado do Município de Iretama, por um Delegado de Carreira. — Em votação. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro regimentalmente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — Deferido. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

17 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Direção da SENAPAR, no sentido de que informe, sobre quais os compromissos assumidos com a expansão da rede de água e esgoto, quando assumiu o S.A.S. em Londrina. — Em votação.

O SR. VALDUGA. — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que vou votar contrariamente a esse requerimento, porque raramente Londrina tem sido distinguida com tanta deferência por um Secretário, como tem sido pelo Secretário Renato Johnson.

Em todos os episódios que a SANEPAR ficou assim condicionada, lá esteve o Secretário, lá estiveram todas as administrações perante a Câmara dos Vereadores, dando explicações, e realmente sabe-se que Londrina era uma cidade que estava falida, ao tempo da administração anterior, para dar solução às necessidades de água naquela cidade.

E este requerimento não tem razão de ser, porque a matéria já foi amplamente debatida; já foi instruído ao município; a cidade sabe o que tem feito a SANEPAR e tem este expediente, apenas uma intenção conturbatória; daí porquê, conhecendo o problema, eu desde já, voto contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação o requerimento, Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram permanecer como estão. — (Pausa). — **Rejeitado o requerimento.**

O SR. DARCY CEITOS — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Deferido o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

17 Srs. Deputados aprovam; 24 rejeitam. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando regime de ur-

gência para o Projeto de Lei n.º 65/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em pedido de informações, referente ao oxigênio disponível do Rio Jaguaticatu, em que a Braskraft pretende despejar seus resíduos. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere, será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

17 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Tessaro, ocorrido em Mato Grosso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando votos de congratulações e incentivo à Rádio e Televisão Folha de Londrina - TV TAROBÁ. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências visando a descentralização dos distritos policiais ora localizados na Rua Serpente, para os bairros de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando a convocação do Diretor-Presidente da SANEPAR, para debater os problemas de abastecimento de água, rede de esgoto e poluição em Londrina. — Em discussão. — Em votação.

O SR. DEL CIEL — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Seria desnecessária a nossa vinda a esta tribuna se o posicionamento da valorosa bancada da Aliança Renovadora Nacional com relação à apreciação de matérias inerentes ao mesmo problema ora focalizado pelo eminente Deputado Fiori Luiz não tivesse merecido a reprovação e a rejeição quando da sua apreciação e votação.

Ocorre, Senhor Presidente, Senhores Deputados que infelizmente está o Deputado Ruben Valduga mal informado do que era o serviço autárquico de saneamento desta cidade, antes de sua encampação pela SANEPAR. O SAS londrinense era autarquia que promovia o melhor atendimento entre todos os municípios paranaenses, inclusive a Capital, e, tão somente veio a ser encampado pela SANEPAR, em função da pressão exercida para que o Município de Londrina conquistasse empréstimo para atender a outros setores da administração municipal.

Em Londrina a situação se encontra desesperadora. Está na base do cada um, cheira, bebe, come a sua parte. A poluição fecal está a comprometer a saúde de toda a população londrinense e eu não me permito silenciar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando um parlamentar da minha terra desconhecendo esta situação, sabe lá Deus porque, por que também cheira a sua parte, residindo no Jardim Quebec em Londrina, negue a aprovação para um simples pedido de informações à autoridade competente, autoridade competente que tem sido irresponsável para com Londrina, porque eminente Senhor Presidente e Senhores Deputados, a SANEPAR encampou um serviço de água, implantado nesta cidade, de fazer inveja. Arrecadou somas vultosas de lá para cá, impondo aumentos abusivos na tarifa de água em Londrina.

É o melhor negócio vender água e a SANEPAR desde que lá se implantou, vem deixando muito a desejar. No verão, as torneiras chiam em quase todos os bairros de Londrina e o londrinense paga não pela água, mas pelo chiado da torneira, eminente Deputado Ruben Valduga. Vai a Londrina, técnico da Secretaria de Planejamento deste Estado e o engenheiro técnico dessa Secretaria, e quero-o ter como responsável, e venha a merecer o respeito desse Parlamento, o seu técnico anuncia: Londrina toda está consumindo verduras comprometidas pela poluição fecal do Ribeirão Cafezal, fezes de Rolândia, via Ribeirão-Cafezal para Londrina. Londrina fede hoje em 50% do seu território, cidade privilegiada por ser cortada por vales e córregos, tendo também o seu Lago Igapó, antes ponto turístico da cidade, hoje antro da fedentina, comprometendo mesmo, Senhores Deputados, a saúde do povo londrinense, desde os bairros mais pobres do Novo Bandeirantes, Jardim Bandeirantes em Londrina, até o Quebec, onde reside o eminente Deputado, Jardim Petrópolis, onde nós residimos, enfim atingindo e comprometendo mais de 50% dos bairros populosos e habitáveis desta cidade. Então não vejo razão, Senhor Presidente, para se negar aprovação a um pedido de informações, como o do eminente Deputado Fiori Luiz, que foi rejeitado anteriormente. Sinto que talvez tivesse também falhado, por não dar, naquele instante, os esclarecimentos que fazemos nesta oportunidade, porque entendia que o Deputado Fiori Luiz havia promovido a defesa de seu requerimento, quando o apresentou.

Nós nada mais pretendemos do que estebelecer um debate democrático e respeitoso nesse Parlamento com o Diretor Presidente da SANEPAR, para dele buscar a verdade verdadeira, a verdade por inteiro, no que concerne à contradição entre os homens responsáveis pela administração do Estado, que estão impondo um quadro dramático a toda a população londrinense. Em Londrina, durante todo o dia, por onde se passa, o assunto é a poluição do Lago Igapó, o assunto é a exposição da saúde do povo, a água fornecida hoje pela SANEPAR.

O assunto é a ausência da rede de esgotos em Londrina. A SANEPAR já está explorando a comunidade há muitos anos e no convênio firmado assumia a responsabilidade de iniciar, com muita brevidade, as instalações da rede de esgoto para toda a cidade. Não captaram a água do Tibagi até a data de hoje. Londrina mantém hoje quase que o mesmo serviço de abastecimento de água de quando a SANEPAR foi e encampou esse serviço em Londrina.

Será meu Deus do céu que a SANEPAR foi a Londrina tão somente para elevar o preço da tarifa de água? Será que os trabalhadores mais humildes dos nossos bairros distanciados do centro da cidade terão que continuar abrindo poços no fundo do quintal por não poderem pagar mensalmente o custo da água cobrada pela SANEPAR. Então, Sr. Presidente, nós pedimos a este colendo Plenário, a oportunidade ao menos de prestar contas do nosso mandato ao povo londrinense, da nossa região, trazendo a oportunidade, para que eminentes Deputados de outros municípios que possam viver o mesmo drama e o mesmo problema, também debatam com a alta Direção da SANEPAR, para ver se está havendo problemas de incapacidade gerencial, de incompetência administrativa, ou então as providências que este Parlamento pode ajudar, os atuais dirigentes da SANEPAR e a Secretaria competente a buscar recursos onde eles estiverem para socorrer a população londrinense que está a clamar por socorro, e não é justo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quem a mão no bolso mete, não responde à comunidade com o serviço que a ela é devido. Assim sendo, vimos à tribuna, nesta oportunidade, para apelar aos eminentes Pares de ambas as bancadas, para que proporcionem condições para a vinda do Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR a esta Casa, e se for o caso, Senhor Presidente, que se convide também, os técnicos da Se-

cretaria de Planejamento deste Estado, se é a Secretaria de Planejamento que diz que a situação é esta em Londrina, que venham todos eles a este Parlamento, se for o caso, para num debate respeitoso com os homens deste Poder, para que possamos então cumprir com nossa missão junto à população londrinense e de todo o Estado do Paraná, onde se encontre a SANEPAR prestando serviços.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação. Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Del Ciel, com o brilhantismo que lhe é peculiar, encaminha a votação do seu requerimento, partindo não de uma premissa falsa, eu diria, porquanto, o relato que ele nos faz, da situação da água em Londrina e da situação da rede de esgotos, é realmente impressionante, é um drama, é um problema que vivem as cidades que crescem desmesuradamente como Londrina.

Mas, nós queremos, apenas para que não parem dúvidas sobre aqueles que nos escutam, e para que não haja também nenhuma dúvida quanto ao comportamento da bancada da ARENA nesta Casa, nós desejamos apenas, esclarecer dois pontos:

Primeiro, que a SANEPAR não solicitou a Londrina a entrega dos serviços de água, foi exatamente o contrário, foi o Município de Londrina quem pediu à SANEPAR que absorvesse os serviços de água e esgotos daquela cidade.

Em segundo lugar, a bancada da ARENA rejeitou o pedido de informações, anteriormente apreciado por esta Casa, e vai também votar contrariamente ao requerimento do nobre Deputado, por uma simples razão, porque a Câmara Municipal de Londrina, através do Ofício 244/79, enviou ao Sr. Secretário do Interior, Renato Jonhsson, o seguinte requerimento:

“Excelência, a Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina leva ao conhecimento de Vossa Excelência que a requerimento do Vereador José Maurício da Costa, foi aprovado envio de convite ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, no sentido de comparecer a este Legislativo e fazer uma exposição acerca do funcionamento da SANEPAR em nossa cidade.

No aguardo da confirmação de Vossa Excelência e para informá-lo, comunicamos que as sessões ordinárias são realizadas às segundas e quintas-feiras a partir das 20:00 horas.

Aproveitamos o ensejo, etc. e etc.

Assinado, Luiz Aranda, Primeiro Secretário; José Luiz Del Ciel, Presidente da Câmara. Em resposta, através do ofício 429/79, o Secretário do Interior enviou ao Sr. Vereador, José Luiz Del Ciel, Presidente da Câmara Municipal de Londrina, um ofício baseado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

Com satisfação recebi Ofício 249/79, desta Casa de Leis, pelo qual me é dado conhecimento da aprovação do requerimento do Vereador José Maurício da Costa, enviando convite para comparecer a este Legislativo, e fazer uma exposição sobre o funcionamento da SANEPAR nesta próspera cidade.

Devo informar que estando impossibilitado de estar em uma das sessões do próximo mês, em razão de compromissos já assumidos anteriormente, e sendo julho o mês destinado ao recesso regimental desta Câmara, estarei inteiramente ao dispor de Vossas Excelências para uma das reuniões plenárias de agosto vindouro.

Aguardando que Vossas Excelências determinem o dia, aproveito a oportunidade pelos agradecimentos e pela gentileza do convite. E reiterar os protestos de elevada estima e distinta consideração.”

Nestas condições, Sr. Presidente, a bancada da ARENA

entende que havendo um convite, havendo sido formulado um convite pela egrégia Câmara Municipal de Londrina, ao Secretário do Interior, para que comparecesse àquela cidade, a fim de debater com os Srs. Vereadores daquele município, problema angustiante que nos dá notícia hoje o nobre Deputado Del Ciel, e já tendo o Sr. Secretário do Interior se colocado à inteira disposição daquela Câmara, aguardando apenas que ela própria marque o dia em que ele lá deva comparecer, é que a bancada da ARENA não vai acolher, por hora, os requerimentos. Reservando-se, contudo, numa próxima oportunidade a reexaminar o assunto, caso a exposição que será feita pelo Secretário do Interior, em Londrina, não satisfaça, realmente, os anseios daquela comunidade.

Eram estas as explicações que nos cabiam prestar à Casa, na qualidade de Líder da bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. FIORI LUIZ — (Para encaminhar). — Sr. Presidente, nobres Deputados, a semana passada nós entramos com um requerimento solicitando algumas informações ao Diretor Presidente da SANEPAR. E hoje, este requerimento foi rejeitado pela bancada da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa. Requerimento que se baseava nas seguintes indagações: quais os compromissos assumidos pela SANEPAR, com a expansão da rede de água e esgotos, quando assumiu o SAS em Londrina?...

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente. — Pela ordem. — (Assentimento).

Faço um apelo a Vossa Excelência que informe ao nobre orador que ele está discutindo matéria vencida, portanto, anti-regimental. O que se discute hoje, nesta Casa, é requerimento de autoria do nobre Deputado Del Ciel, convocando o Sr. Presidente da SANEPAR para comparecer ao plenário da Assembléia.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado, nobre Líder. Mas uma coisa tem analogia com a outra. E o que me revolta é a passividade da bancada liderada pelo Sr...

(Discussões paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — (Faz soar os tímpanos).

A Mesa determina que se expunjam das notas taquigráficas, as palavras antiregimentais. E solicita do nobre Deputado Fiori Luiz que se contenha, de acordo com o Regimento Interno..

Com a palavra o nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Eu substituo, nobre Presidente. Realmente a bancada, talvez por compromissos de campanha, nem todos, que repetamos muitos dos Deputados da ARENA; mas a gente entende estas posições. O povo também entende essas posições de subserviência às vezes... (falas no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra o Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — O Deputado José Antônio Del Ciel requer a convocação do Diretor Presidente da SANEPAR nesta Casa. Qual o crime de se pedir ou se solicitar a presença do Presidente da SANEPAR nesta Casa, ou qual foi o crime deste Deputado, em quatro indagações de um requerimento, com relação à atuação da SANEPAR em Londrina? Qual o medo deste povo, de responder tais indagações? Porque nós que vivemos em Londrina o problema da SANEPAR e é bom esclarecer que Londrina lutou para não entregar o SAS à SANEPAR, mas o ex-Prefeito José Richa foi obrigado, caso contrário Londrina não seria incluída na linha de financiamentos do Governo Federal.

Houve uma coação, uma pressão, para que o SAS que sempre foi um exemplo em Londrina, fosse encampado pela SANEPAR que nesses anos todos não fez um metro de rede de esgoto em Londrina; e 60% do faturamento da SANEPAR vem do Nor-

te do Paraná.

Então é isso que nós exigimos, que a SANEPAR responda essas indagações e não se admite que uma bancada possa votar contra determinados requerimentos. Qual é o crime de pedir informações a algum órgão do Governo? Qual é o medo, qual é o receio de responder? É de se lamentar que isso ocorra nesta Casa. Este medo visível de que o MDB possa solicitar alguma informação; e talvez o presidente de algum órgão ou o Secretário não tenha condições de responder. Então que se mate o requerimento aqui nesta Casa; isto não é trabalhar com uma atuação voltada para o povo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa que não é permitido aparte no encaminhamento de votação.

O SR. FIORI LUIZ — Apenas para lamentar, Sr. Presidente, a atuação da bancada liderada pelo Sr. Erondy Silvério nesta Casa. Primeiro em rejeitar um pedido de informações, uma coisa tão banal e simples, de um Deputado. E segundo, esta discussão também já se antevê, a rejeição por parte da bancada da ARENA.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, mas não está vendo o Regimento Interno ferido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência está vendo. Vossa Excelência sabe, que o Regimento interno está sendo ferido.

O SR. FIORI LUIZ — Não está havendo nada não, Sr. nobre Líder. O duro é que a verdade dói e machuca. Qual é o crime de se exigir a presença do Presidente da SANEPAR nesta Casa? Ele tem obrigação de informar aos Deputados e os usuários deste Paraná. Não há crime nenhum, nobre Líder! Qual é o medo, nobre Líder? Medo de quê? De responder a um pedido de informações de requerimento?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, Artigo 51, Parágrafo 5.º: “não se admite ofensa pessoal, da tribuna, a uma autoridade, muito menos a um companheiro.

Se não existe Regimento nesta Casa, eu faço.

(Tumulto, diálogos e brigas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está suspensa a sessão.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Declaro reaberta a presente sessão. Na tribuna, o nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Vou ser breve, Senhor Presidente, apenas informando que a irracionalidade nunca na verdade, leva a nada, e não enobrece e não engrandece nenhum Parlamento, e por respeito a esse Parlamento é que nós encerramos as nossas colocações, Senhor Presidente, porque irracionalidade, não engrandece ninguém, muito menos esse Parlamento, que é uma Casa do povo, de diálogo aberto, franco e, acima de tudo, de um respeito mútuo.

Obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Ruben Valduga.

O SR. VALDUGA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, louvo o gesto racional do Deputado Fiori Luiz em retornar à serenidade. Eu não vou me alongar, porque a matéria, de repente se tornou polêmica, e não é minha intenção retornar a esse estado.

Apenas vou dizer o seguinte: a SANEPAR nunca pediu a Londrina que entregasse o serviço de água. Invoco o testemunho do Senador José Richa que era prefeito na época e que

me pediu que intervisse para que a SANEPAR pudesse assumir, porque a Prefeitura de Londrina não tinha condições.

Segundo: na época, Maringá não entregou. Terceiro: a posição de negarmos esse ofício é porque há um precedente, que deve ser respeitado, da Câmara de Vereadores, e este é um assunto municipal, como muito bem frisou o nosso Líder. Terceiro: deixamos a questão aberta se a Câmara de Vereadores, que tem excelentes personalidades, não puder satisfatoriamente resolver para que, em instância superior, venha então essa egrégia Câmara poder solucionar.

Era só isso, Senhores.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A argumentação usada pelo nobre Líder da ARENA para justificar a rejeição, pela sua bancada, do requerimento, do nobre Deputado José Antônio Del Ciel, não nos convence.

Não nos convence porque outros requerimentos estão sendo rejeitados nesta Casa, e nós não vemos atrás desses requerimentos, nenhuma reunião de secretários a pedido de determinadas Câmaras de Vereadores. E eu gostaria de dar aqui o meu testemunho a respeito desse problema da passagem dos serviços de água e esgoto dos municípios para o Estado.

Porque na época em que eu exerci o mandato de Prefeito de Arapongas, tenho que dizer o seguinte: que inúmeras gestões, centenas de gestões, e não vou chegar ao termo “pressões” porque nunca fui homem de me submeter a pressões de quem quer que seja. Mas as gestões foram inúmeras, para que o serviço de água e esgotos de Arapongas fossem passados para o Estado.

E veja bem, Sr. Presidente, na época colocavam diante dos administradores, um verdadeiro impasse, se os senhores não passarem o serviço de água e esgotos para o Estado, os municípios não poderão sofrer a adesão ao Plano Nacional de Saneamento, do PLANASA, e, portanto, os municípios não poderão conseguir empréstimo nenhum dos órgãos federais. E analisado então toda essa situação, creio que nenhum prefeito do Paraná, se realmente estivesse imbuído do objetivo de resolver os problemas do seu município, não tinha outra saída a não ser este caminho que estava sendo apontado pelos governantes de então. Mas no meu município ainda, o pior aconteceu, porque o Prefeito do MDB, com minoria na Câmara Municipal de Vereadores, foi durante todo o tempo do governo do Sr. Jayme Canet Júnior, marginalizado e perseguido, como administrador independente, tanto é, quando assinamos a adesão do Município de Arapongas ao PLANASA, ficou consubstanciado em documentos que a SANEPAR faria a Rede de Água e Esgotos que nós estávamos fazendo no setor de água. Mas, descumpriram tudo aquilo que estava naqueles documentos assinados por nós como Prefeito e pelos Secretários de Estado.

Inadimplência de contrato, tudo isso aconteceu em relação ao meu município, e o que é pior ainda, quando tentamos conseguir a aprovação do Projeto CURA para o nosso município, vimos um dos episódios mais lamentáveis e enegrecedores da vida política neste Estado, porque até um Vereador, que tinha se comprometido a aprovar o Projeto CURA e ausente da cidade, apareceu na hora da votação num avião do Estado em que o Sr. Jayme Canet o mandou buscar para vir votar contra o povo, a pedido dos oligarcas corruptos e incompetentes que estão infelicitando aquela cidade há tantos e tantos anos.

E nós não podemos compreender, Sr. Presidente, como a

bancada da ARENA, nesta Casa, tem coragem de simplesmente rejeitar aquilo que não nós, Deputados, estamos querendo saber, não apenas nós, mas todos os paranaenses. Está aqui a rejeição do pedido de informações que nós fizemos, para saber como é que está indo este problema da implantação da Braskraft no Estado do Paraná.

Está sendo tratado a nível de gabinete do Governador, a nível de gabinetes de Secretários, e o povo não tem satisfação nenhuma. É esta a abertura, Sr. Presidente? Abertura falida, mentirosa, como é mentirosa a reformulação partidária, como é mentirosa a anistia, e será amanhã mentirosa a Constituinte, que estes ditadores de "meia tijela" já estão querendo impor ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, fica aqui o nosso repúdio, o nosso desânimo, não podemos concordar com o servilismo. Não vemos justificativa na rejeição. O que ganha uma bancada, o que ganha o Paraná, em rejeitar um simples pedido que o povo faz através de um mandato que um Deputado que procura ser fiel a quem votou nele, quer saber?

Sr. Presidente, a justificativa da nobre liderança da ARENA não nos convence. E fica aqui, uma vez mais, o desalento que nós devemos sentir nesta quadra negra da História brasileira, onde tudo é resolvido nos gabinetes e imposto à Nação, como um prato feito, que nós estamos engulindo há tantos e tantos anos.

Algum dia, Srs. Deputados, quando realmente neste País a democracia vigir, estas coisas não acontecerão.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, uma questão de ordem. (Assentimento).

Artigo 97, Parágrafo 4.º do Regimento Interno.

Sr. Presidente, a fim de que os Anais da Casa não registrem para a posteridade, a decisão de Vossa Excelência em não aceitar a questão de ordem levantada pelo Líder de uma bancada e do Governo nesta Casa, a fim de que não se passe amanhã um atestado de incompetência a esta liderança...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa esclarece ao nobre Deputado, e a questão de ordem seguinte levantada pelo nobre Deputado, foi tumultuada pelos apartes e pelo soar da campainha.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência vai me perdoar, respeito a Mesa. Vossa Excelência tem tido uma conduta das mais elogiáveis na direção dos trabalhos da Casa, todos admiram e conhecem a retidão do caráter de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência está elaborando um erro. Vossa Excelência negou me conceder a palavra para uma questão de ordem, dizendo que o Regimento Interno da Casa não havia sido violado. Mas se Vossa Excelência atentar para o que dispõe o Artigo 51 do Regimento Interno, Parágrafo 5.º e 6.º, verá que o Parágrafo 5.º, diz o seguinte: o Deputado dirigirá suas palavras ao Presidente, ou à Assembléia, de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses. E o 6.º, diz o seguinte: Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá, sempre, dar um tratamento de Excelência, quando a ele se dirigir. E naquele instante, o Deputado que se encontrava na tribuna, usou a seguinte expressão: bancada subserviente, liderada pelo Sr. Erondy Silvério, violando o artigo 6.º do Regimento Interno, Artigo 51. Apenas solicitei esta palavra, não que tenha melindres feridos, ou faça questão de ser tratado por Excelência porque vim de baixo, com o pão que o diabo amassou, sou homem de origens humildes e não me afeta, absolutamente, o tratamento de Excelência. Apenas para que se não registre a incompetência de um líder.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa esclarece ao nobre Deputado Erondy Silvério, que no momento

em que Vossa Excelência, nobre Deputado, estava levantando a questão de ordem, a Mesa estava determinando ao Deputado que se encontrava na tribuna, para que observasse o Regimento Interno. E determinou às notas taquigráficas, que fossem expungidas as palavras ofensivas e antiregimentais, do Deputado que se encontra na tribuna.

Razão pela qual a Mesa atendeu a segunda questão de ordem, do nobre Deputado Erondy Silvério.

Está em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Del Ciel. Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. (Pausa) — Rejeitado o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente, requeira verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Deputado Del Ciel, queiram levantar-se. (Pausa) — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

2 Srs. Deputados o aprovam;

26 Srs. Deputados o rejeitam. Não há "quorum" para votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Solicitaria de Vossa Excelência que mandasse proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam à chamada 30 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Em votação o requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Del Ciel.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram permanecer como estão. (Pausa).

Rejeitado o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeira verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram permanecer como estão. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram permanecer como estão. (Pausa).

2 Srs. Deputados o aprovam; 28 rejeitam. Rejeitado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, em forma de apelo no sentido de ser instalada, na Cidade de Santo Antônio da Platina, uma Junta de Conciliação e Julgamento.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Polícia Civil, encarecendo providências e informações a respeito do crime que vitimou duas irmãs japonesas, ocorrido em Londrina.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., visando seja instalada sub-Agências do referido estabelecimento de crédito em diversas localidades da região Oeste do Paraná.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Darcy Deitos e Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo aumento de salas e extensão do primeiro grau, no Grupo Escolar Alfredo Chaves, no Bairro Alto da Cruz, Município de Colombo.

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes às Secretarias da Agricultura, Cultura e Esportes e Prefeitura Municipal de Curitiba, em forma de sugestão, sintetizada no aproveitamento do Parque Estadual Marumbi, para locar e acomodar os animais do Passeio Público de Curitiba.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando por requisição do Sr. Secretário da Agricultura à EMATER, uma cópia dos estudos realizados para implantação de uma Bacia Leiteira no Município de Pato Branco.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Ber-

nardi, constante do expediente, solicitando o envio de telex, a diversas autoridades, enfatizando a necessidade de ser encontrada uma solução para a crise que atinge o setor rodoviário da região de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 09, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 22, 59, 60, 61 e 62/79.

Marcando ainda, uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 1.^o, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs: 164/77, 103 e 130/78 e 39, 52, 68 e 74/79 e de Resolução n.ºs: 53, 52 e 51/79.

Levanta-se a sessão.